

BASES TEÓRICAS DA ABORDAGEM DE DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA¹

THE THEORETICAL APPROACH OF LIVELIHOODS DIVERSIFICATION

Miguel Angelo Perondi

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – PR – Brasil

Sérgio Schneider

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS - Brasil

Resumo: Este artigo apresenta a abordagem da diversificação dos meios de vida como um método de estudo das alternativas de vida no meio rural, uma ferramenta analítica que também permite acompanhar e avaliar o desempenho das políticas públicas de desenvolvimento rural. Inicialmente o trabalho recupera a origem da abordagem dos meios de vida, passa a descrever a trajetória dos adjetivos que acompanham seu conceito e, investigando os referenciais de um dos autores principais, apresenta o estatuto teórico da abordagem e analisa seu potencial para com os estudos sobre o mundo rural brasileiro.

Palavras-chave: meio de vida, diversificação e agricultura familiar.

Abstract: This article present the diversification livelihoods approach as a method to study of alternative life in rural areas, an analytical tool that also provides a way to monitor and evaluate the performance of rural development public policies. Initially the article tries to recover the original livelihood approach, describe the adjectives trajectory that accompany their concept and, based on the benchmarks used by some its main authors, the research shows the theoretical status of livelihoods approach and it potential to contribute with the Brazilian world rural studies.

Key Words: rural livelihood, diversification and family farm.

Introdução

Após meio século de intervenções no meio rural com o foco no desenvolvimento, estudiosos e formuladores de políticas chegaram a um quase consenso em torno da ideia de que a promoção de mudanças sociais e econômicas constitui-se um desafio que requer muito mais do que substituir ou ofertar novos fatores de produção, seguindo um conjunto de recomendações que haviam sido experimentadas pelas nações que se julgavam em estágio mais avançado de

¹ Este artigo reproduz a experiência vivência junto ao *Institute of Development Studies na University of Sussex* em 2006 e que, mais tarde, serviu de subsídio à 3ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde na África do Sul em novembro de 2008. A partir disto *Livelihoods diversification* tornou-se a palavra-chave para o grupo de estudos dos artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para Controle do Tabaco. Neste ínterim, agradecemos as sugestões recebidas neste artigo dos pesquisadores Dr. Zander Navarro (EMBRAPA), Dr. Peter Houtzager (IDS) e Dra. Norma Kiyota (IAPAR).

desenvolvimento. Em alguns casos, esse ideário preconizava a existência de um processo em que o ponto de chegada ao estágio mais avançado requereria a passagem por determinadas etapas ou fases, como se houvesse uma espécie de roteiro geral e invariável a ser seguido e trilhado pelos retardatários. A consequência política dessa concepção de desenvolvimento materializava-se em propostas de intervenção e de planejamento em que coube ao Estado e às organizações multilaterais elaborar ações e induzi-las de forma exógena em regiões ou países “subdesenvolvidos”.

A partir de meados da década de 1980, contudo, essa percepção linear do desenvolvimento passou a ser crescentemente questionada, sobretudo pelos resultados pouco profícuos das experiências internacionais em que este modelo de ação foi implementado. Vários fatores concorreram para o esgotamento desse padrão, entre os quais a excessiva centralização, a falta de participação dos beneficiários nas ações e a implementação de propostas pouco relacionadas aos interesses e reais necessidades dos demandantes. Um corolário importante que resultou como aprendizagem desse processo foi que o desenvolvimento das áreas rurais, especialmente em regiões e países pobres, não deve se restringir às mudanças da base tecnológica da produção agrícola e do incremento da produtividade dos fatores disponíveis.

Essas lições fizeram com que os estudiosos formuladores e implementadores de políticas de desenvolvimento rural passassem a revisar e fazer a autocrítica de suas convicções teóricas e práticas de intervenção. Desde então, inaugurou-se uma nova fase de estudos e referências que buscaram reorientar as ações e as concepções de desenvolvimento. Nesse contexto emergem uma miríade de proposições analíticas e metodologias que, no seu conjunto, caracterizam o estado da arte sobre temas como o papel do Estado no desenvolvimento, as funções das políticas públicas, o lugar dos atores sociais e as atribuições dos mediadores.

Tratando do debate sobre o desenvolvimento em áreas rurais, em particular, uma vertente de analistas desta nova geração propôs um deslocamento de enfoque. A proposta consiste, basicamente, em tirar o foco das ações sobre variáveis como a disponibilidade de recursos ou sua capacidade de exploração e uso pelos beneficiários e privilegiar o fortalecimento dos meios e modos que os indivíduos dispõem para lidar com as adversidades dos contextos em que vivem. Fortalecer os meios de vida implicaria criar mecanismos de diversificação das opções e estratégias de trabalho e renda, estimulando assim sua resiliência para lidar com crises, choques ou vulnerabilidades.

Desse ambiente, num debate entre as possíveis contribuições acadêmicas e as necessidades das agências de desenvolvimento internacionais, é que surge na Inglaterra, no início dos anos 1990, a *livelihoods approach* ou abordagem dos “meios de vida”², uma ferramenta analítica que vem até hoje sendo aperfeiçoada

²Em Cambridge (2005, p.744) “livelihoods” é “way someone earns”, ou seja, “como se faz para ganhar a vida”, podendo ser traduzido literalmente como “meio de vida”. Mas, trabalhos como o de Peñafiel (2006) o traduz como “modo de vida”, o que não é recomendado, pois “modo” se refere mais a cultura e “meio” a estratégia de sobrevivência das pessoas. “Meios de vida”,

e utilizada com maior ênfase nos estudos sobre a pobreza rural no mundo, principalmente no continente africano, pois apresenta uma grande efetividade em explicar "como" afinal as pessoas fazem para sobreviver em situações de risco e/ou de crises ambientais, sociais ou econômicas.

A abordagem dos meios de vida nasce a partir da primeira síntese de Chambers & Conway (1992) e após algumas outras contribuições, como se verá a seguir, se tornou uma importante abordagem explicativa das estratégias de sobrevivência das pessoas pobres e num excelente foco orientador das políticas de desenvolvimento rural.

Mas, quais são os elementos dessa abordagem que consolidam sua reconhecida aplicabilidade na compreensão das estratégias de sobrevivência estabelecida pelas pessoas? E, principalmente, qual é sua base teórica? Portanto, com base na revisão das principais publicações a respeito da abordagem dos meios de vida este artigo objetiva revelar o estatuto teórico desta abordagem.

Para tanto, inicialmente será recuperada a origem da abordagem dos meios de vida, a história e a contribuição dos adjetivos que nela foram sendo agregados e, por fim, desvendar o estatuto teórico que caracteriza a abordagem dos meios de vida.

Trajetórias da abordagem dos meios de vida

A primeira versão do que hoje seria a abordagem dos meios de vida foi a noção de "*genre de vie*" introduzida por Vidal de la Blanche no século XIX.³ Naquela época havia uma forte convicção no poder do ambiente físico em modelar as atividades humanas, conduzindo à valorização das características físicas da paisagem. Esse interesse passou a dar uma atenção crescente para a agência humana e para a capacidade do homem em escolher entre uma gama de opções delimitadas pelas condições naturais.

Entretanto, logo após a Segunda Guerra Mundial o conceito de meios de vida quase desapareceu dos estudos geográficos de desenvolvimento frente às abordagens da teoria da dependência e as neomarxistas. Somente a partir dos anos 1980, quando a perspectiva estruturalista entrou em crise e houve a necessidade de encontrar um aporte pós-marxista, a abordagem orientada ao ator ressurge nos estudos sobre desenvolvimento, e chega aos anos 1990 constituindo a abordagem dos meios de vida (HAAN & ZOOMERS, 2003).

A tendência inicial dos estudos em meio de vida era de estudar as unidades familiares (*household studies*) e, naquele momento, prestava-se atenção às estratégias domésticas como a principal forma de se capturar o comportamento das populações pobres. E o foco no espaço doméstico era considerado útil pelo seu

inclusive, foi o termo utilizado por Antônio Candido para descrever a vida dos caipiras no interior de São Paulo nos anos 1950. (CÂNDIDO, 1987).

³ Ver maiores detalhes em HAAN (2000).

potencial de fazer uma conexão entre a microeconomia (focando o comportamento dos indivíduos numa forma atomizada) e a histórica estrutural (focada na política econômica do desenvolvimento).

Os estudos que avaliavam o comportamento das pessoas pobres no período anterior ao enfoque orientado ao ator tinham a tendência de considerá-las como vítimas passivas e infortunadas do sistema; entretanto, os estudos sobre os espaços e estratégias domésticas passaram a dar um papel mais pró-ativo aos pobres⁴, um papel que permitia entender como eles providenciavam o seu sustento a despeito da falta de acesso aos serviços e da renda inadequada.

Muitos dos estudos sobre o espaço doméstico que aparecem a partir dos anos 1980, eram, na sua maioria, conduzidos pelo princípio de que as “novas economias domésticas” deveriam ser focadas na alocação da terra e do trabalho, como também nas estratégias de renda e, usavam como ferramenta explicativa, o modelo microeconômico da economia doméstica. Por consequência, os estudos sobre os espaços domésticos utilizavam como conceito-chave a “estratégia de sobrevivência”⁵.

Entretanto, enquanto muitos desses estudos concluíam de forma pessimista que os espaços domésticos pobres estavam sendo excluídos dos benefícios do crescimento econômico, surgiu - no início dos anos 1990 - uma nova geração de estudos otimistas numa perspectiva denominada “*livelihoods*” (meios de vida), que analisava o comportamento das pessoas de uma forma mais ampla, não apenas encapsulada na família, e demonstrava que as pessoas eram hábeis em sobreviver.

Por fim, também houve uma série de evidências que promoveram a substituição da unidade de análise do foco centrada na família ou no grupo doméstico para aquela centrada no indivíduo. Isso pode ser verificado nos produtos dos estudos sobre os meios de vida, tais como: (a) os estudos de gênero evidenciaram as diferenças que existem dentro de uma mesma família; (b) percebeu-se que homens, mulheres, crianças e idosos possuem diferentes objetivos; (c) viu-se que os meios de vida estão num crescente processo de diversificação, o que tende a individualizar a renda e as decisões; e (d) percebeu-se que os meios de vida não se organizam num único lugar, visualizando as estratégias de migração (HAAN, 2005).

Chambers e Conway (1992) foram os pioneiros no uso do conceito de “meios de vida sustentáveis”⁶ e desde o início procuraram conjugar o tema “meios de vida” com o da sustentabilidade, sugerindo o termo “meios de vida sustentável” (*sustainable livelihoods*) em consonância com o tema em moda na

⁴ Um exemplo de trabalho nesta linha é o de SCHMINK (1984).

⁵ A estratégia de sobrevivência parte de uma leitura mais sociológica que econômica e é utilizada, principalmente, para compreender o comportamento microsocial dos pobres quando se protegem e sobrevivem as crises como a queda de preço, seca e fome (HAAN, 2005).

⁶ Chambers já havia apresentado a ideia de segurança dos meios de vida no debate da Comissão de Brundtland em 1987, mas a intensificação do uso da abordagem só ocorre a partir da segunda metade dos anos noventa via as iniciativas empreendidas por ONGs, como CARE e OXFAM, e governos, como o Departamento do Reino Unido para Desenvolvimento Internacional (DFID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (SHANKLAND, 2000).

época em função da Eco 92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992).

Para esses autores os meios de vida seriam as capacidades, ativos (estoques, recursos, direitos e acessos) e atividades requeridas para se obter um meio de vida. E para um meio de vida ser sustentável deveria ser capaz de: (a) suportar as crises mantendo elevadas as suas capacidades e ativos; (b) prover um meio de vida sustentável para a próxima geração; e (c) contribuir em rede com benefícios para outros meios de vida em nível local e global no curto e no longo prazo.

Essa sustentabilidade dos meios de vida poderia ser tanto numa perspectiva ambiental como social. A primeira, ao avaliar os impactos externos de um meio de vida sobre os outros meios de vida e a segunda ao se avaliar a capacidade interna de um meio de vida resistir à pressão externa, isto é, numa situação de crise. Nesse ponto, os autores conseguiram capturar com muita precisão a dimensão positiva da crise⁷, trazendo novas luzes para a leitura e interpretação da capacidade de resistência e transformação dos atores sociais que se adaptam e exploram as mudanças físicas, sociais e econômicas, transformando uma ameaça numa oportunidade.

E, fruto desse novo otimismo, a abordagem dos meios de vida passou rapidamente a ser incorporada nas agências internacionais de desenvolvimento⁸, como, também, por importantes instituições de pesquisa em desenvolvimento, como da *University of Sussex*⁹ e *Overseas Development Institute*¹⁰.

Contribuição Da Idéia De "Sustentabilidade"

É difícil não utilizar o adjetivo sustentável em meios de vida quando se utiliza alguma referência promovida pelo IDS da "University of Sussex". O tema da sustentabilidade dos meios de vida foi exaustivamente pesquisado por essa instituição, que também passou a pesquisar de forma mais intensa as políticas que promovem a sustentabilidade social e ambiental.

No IDS existe uma publicação-chave que fundamentou o debate dos "meios de vida sustentáveis" e que estabeleceu o diagrama de análise dos meios de vida sustentáveis, apresentado na Figura 1, a seguir.

⁷ "Na crise, normalmente, evidencia-se a dimensão negativa, que obriga a utilização de estratégias defensivas para diminuir sua vulnerabilidade, como: (1) reduzindo o consumo; (2) aumentando o estoque de alimentos; (3) protegendo os ativos (assets); (4) depredando o patrimônio; (5) diversificando as atividades; (6) buscando auxílio em seus direitos; e (7) dispersando a família, o gado, os bens ou com a própria migração" (CHAMBERS & CONWAY, 1992, p.11, tradução nossa).

⁸ Um estudo que avalia essa transformação no PNUD é Hoon, Singh & Wanmali (1987).

⁹ *Institute of Development Studies* mantém a "*Livelihoods Connections*" no site: <http://www.livelihoods.org>

¹⁰ *Overseas Development Institute* disponibiliza "livelihoods documents" em: <http://www.odi.org.uk>

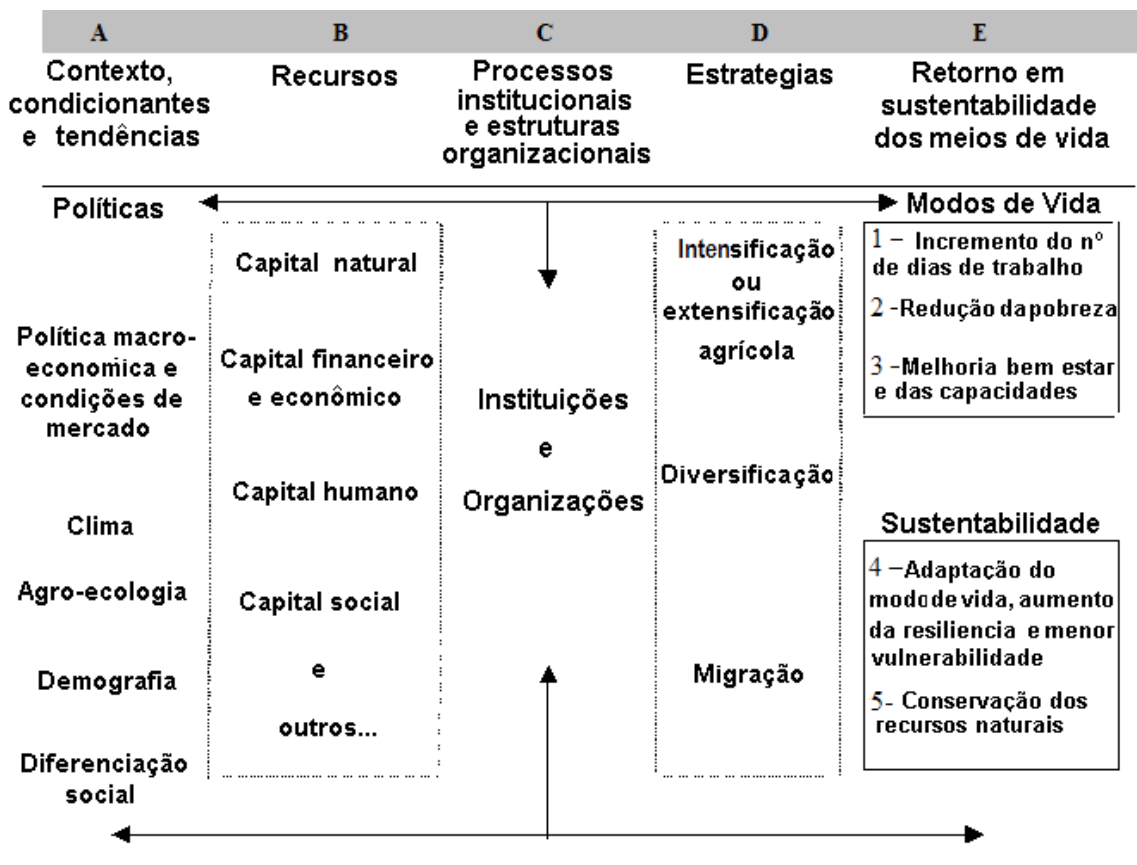


Figura 01: Meio de vida rural sustentável: um diagrama de análise

Fonte: SCOONES (1998, p. 4, tradução nossa)

O diagrama da Figura 1 é um esquema interpretativo dos meios de vida que evidencia as interações que ocorrem entre os diferentes elementos do sistema. Na coluna A se observa o contexto em que as pessoas estão imersas; na coluna B estão os recursos dos meios de vida; na coluna C estão as instituições e organizações que regulam o acesso aos recursos; na coluna D acontece o cruzamento do contexto, dos diferentes recursos e das possibilidades de acesso que resultam nas estratégias de meios de vida das pessoas; e, por fim, na coluna E se observa os possíveis resultados alcançados pelos meios de vida num retorno social, como: (1) maior empregabilidade, (2) redução da pobreza; e (3) melhor bem-estar e retorno ambiental: (4) resiliência e (5) segurança dos recursos naturais. Observa-se que a coluna “E” deste diagrama apresenta o próprio entendimento do autor sobre o que é um meio de vida sustentável.

O diagrama da Figura 1 passou a nortear o Programa de Meios de Vida Sustentáveis do IDS e foi adotado pelo próprio Department For International Development (DFID) como o diagrama de orientação das políticas de combate a pobreza, como se percebe ao se comparar a Figura 1 com a Figura 2 a seguir.

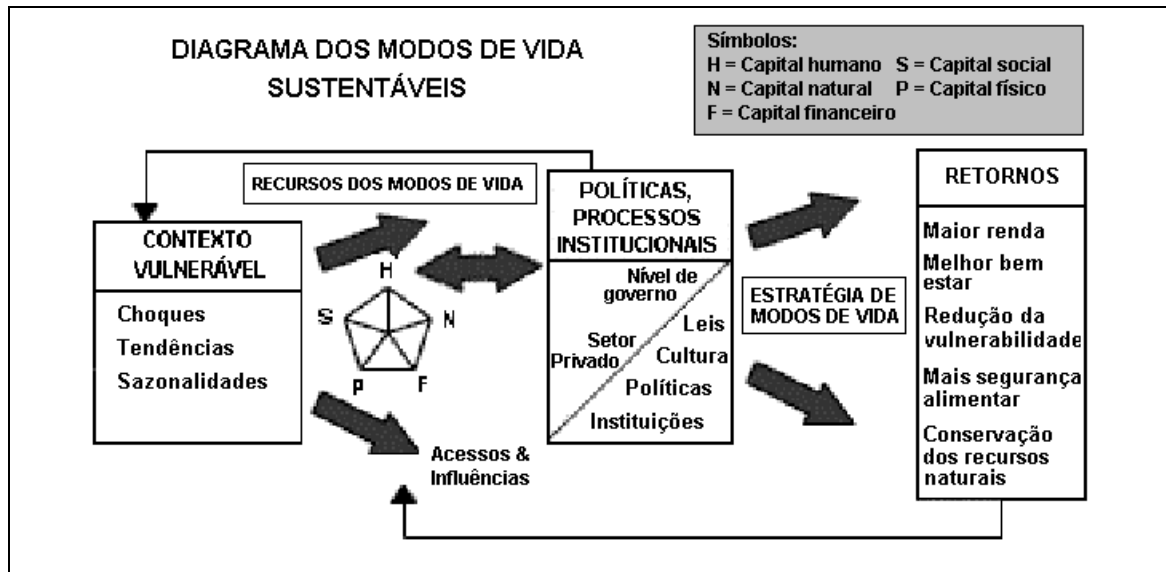


Figura 02: Diagrama dos meios de vida sustentáveis do DFID

Fonte: CARNEY (1998, p. 5, tradução nossa)

Assim como na Figura 1, também se observa no diagrama da Figura 2 os objetivos das políticas de melhoria dos meios de vida sustentáveis do DFID, ou seja: maior renda, aumento do bem-estar, menor vulnerabilidade, maior segurança alimentar, e uso mais sustentável dos recursos naturais. Mas, uma nova síntese que o DFID agrega neste novo diagrama é a definição de que os recursos dos meios de vida seriam uns conjuntos de cinco capitais (natural, físico, humano, financeiro e social) simbolizados na forma geométrica de um pentágono e que assumem como o conjunto definidor dos ativos (*assets*) dos meios de vida.

Capital natural compreende a terra, a água e os recursos biológicos que são utilizados pelas pessoas para gerar modos de sobrevivência. Tais recursos podem estar localizados em espaços de maiores gradientes de diversidade (região de montanha) ou não (planícies) e serem distintos entre ser renovável ou não. Capital físico compreende aquilo que foi criado pelo processo econômico de produção sujeitos à depreciação, como benfeitorias e máquinas. Tais recursos, quando servirem como residência da família, por exemplo, seriam considerados improdutivos; entretanto, passam a ser produtivos se a casa disponibilizar quartos para aluguel. Capital humano é o trabalho doméstico disponível, influenciado pelas variáveis: educação, habilidades e saúde. É um capital que cresce à medida que se investe em educação e capacitação, bem como ao se adquirir habilidades numa ou mais ocupações produtivas. Capital financeiro compreende a liquidez que o grupo doméstico tem disponível para realizar suas estratégias. Este é um capital que pode ser potencializado com o acesso a uma linha de crédito subsidiada ou mesmo a fundo perdido. Capital social, por fim, é um termo que captura os vínculos do indivíduo e do grupo doméstico com a comunidade, em seu sentido social mais

amplo, e a possibilidade de pertencer a um virtual grupo social com variada capacidade de inclusão social¹¹.

Mas, mais do que os elementos que compõem os vértices do pentágono, a própria figura geométrica também é útil, pois o pentágono pode ser utilizado para demonstrar graficamente a variação do acesso de determinados grupos a estes recursos. O ponto central do pentágono, onde as linhas se encontram, representa acesso zero aos recursos, enquanto o perímetro externo representa acesso máximo aos recursos. A partir dessa base, podem ser desenhadas formas diferentes de pentágonos para as diferentes comunidades ou grupos dentro de uma comunidade.

Entretanto, seja restringindo os recursos entre cinco possibilidades, ou mantendo o diagrama em aberto para escolher “capitais” de acordo com o lugar e a cultura em estudo, de uma forma ou outra, a questão é que a sustentabilidade continua sendo um assunto central em ambos os diagramas e com dificuldade para ser medido, como o próprio Scoones (1998) reconhece: “*Medir a sustentabilidade dos recursos naturais é notoriamente difícil, assim como é crítico unir indicadores de dilapidação de recurso ou de acumulação [...] com a dinâmica temporal de resiliência de um sistema [...] e as necessidades dos meios de vida [...]*”.¹²

Contribuição da ideia de “diversificação”

A diversificação já era um tema tratado no debate sobre a pobreza antes do tema dos meios de vida aparecer¹³. Entretanto, Ellis (2000) foi quem procurou utilizar a abordagem dos meios de vida para explicar a utilidade e a função da diversidade. Seu trabalho é interessante, pois foca-se na capacidade de as pessoas diversificarem o seu meio de vida, uma capacidade que cria a diversidade em processos sociais e econômicos e pressiona e oportuniza as famílias para que diversifiquem suas rendas e a economia local.

Assim, não demorou muito para que o tema da diversificação fosse agregado ao debate sobre meios de vida, confluindo para a temática da “diversificação dos meios de vida” que Frank Ellis define como um processo de construção de oportunidades pela família rural para sobreviver e obter uma melhor qualidade de vida.

Rapidamente, o tema da diversificação dos meios de vida também passou a receber o apoio de projetos, como a pesquisa sobre as implicações políticas da diversificação dos meios de vida rurais desenvolvida pelo “Overseas Development Group” (ODG) da “University of East Anglia”.

¹¹ Maiores detalhes sobre estes capitais podem ser obtidos no Manual de Orientação sobre Meios de Vida Sustentáveis disponível em: http://www.livelihoods.org/info/info_guidancesheets.html

¹² Para Demenge (2005), este problema decorre do fato de o conceito de sustentabilidade ser ainda obscuro, indeterminada e contraprodutiva se assumida como uma diretriz do desenvolvimento.

¹³ Harriss, por exemplo, já demonstrava uma forte interação entre as atividades agrícolas e não agrícolas e o processo de diversificação das atividades econômicas rurais, (HARRISS, 1991).

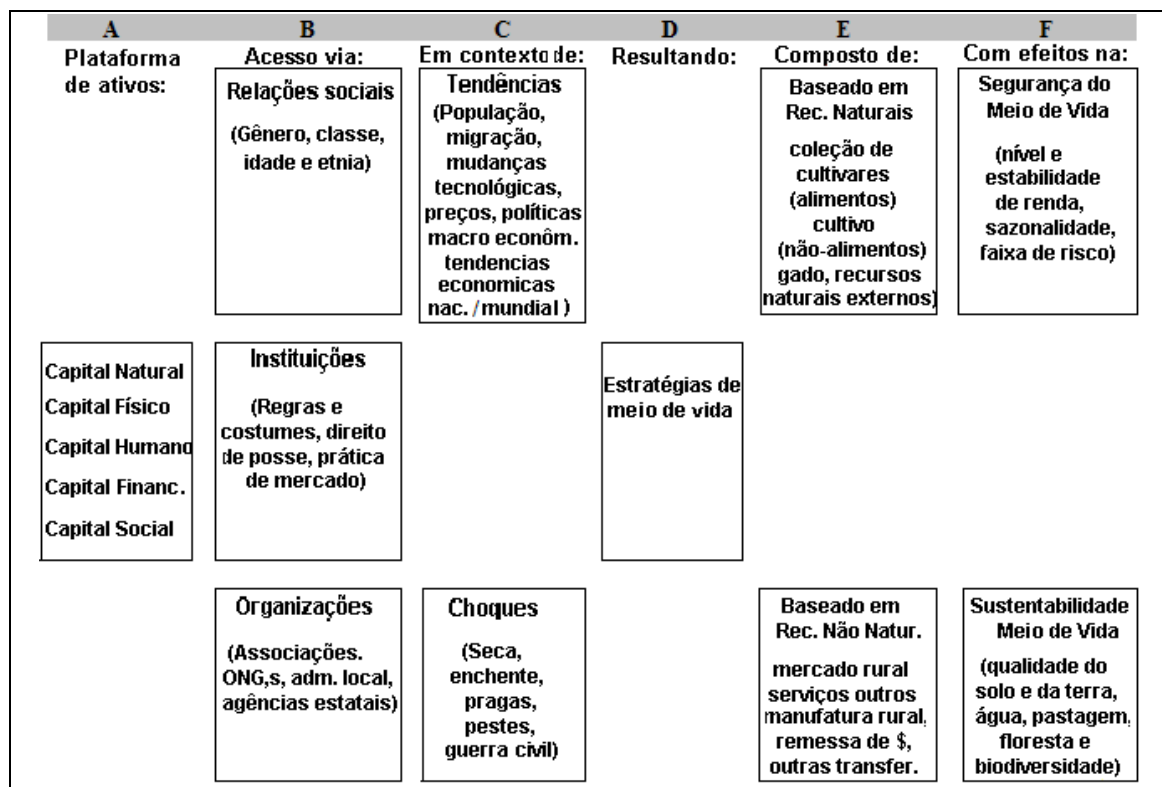


Figura 03: Diagrama de análise dos meios de vida no meio rural

Fonte: Ellis (2000, p. 30 tradução nossa).

A Figura 3 representa o diagrama de Frank Ellis e sugere que a análise dos meios de vida deva partir de uma plataforma de ativos (coluna A) traduzida num portfólio de atividades de renda (coluna B), mediada por um contexto social, econômico e político (coluna C), que ocorre num cenário distinto e que pode vulnerabilizar ou estimular a transformação. O resultado consiste, então, em estratégias de meios de vida (coluna D) sobre as atividades que utilizam (ou não) recursos naturais (coluna E) com efeitos sobre a segurança dos meios de vida e a sustentabilidade ambiental (coluna F).

Para Haan e Zoomers (2005) essa abordagem de Frank Ellis é mais útil que as anteriores, pois, em vez de empilhar as relações sociais, instituições e organizações, ele as discerne de um modo claro (NORTH, 1990).

Mas, qual é o estatuto teórico que rege a abordagem de diversificação dos meios de vida? Como veremos a seguir, existe um estatuto teórico nessa abordagem, o mesmo que fundamenta a noção de diversidade e diversificação.

Fundamentos da abordagem dos meios de vida

Como visto, a abordagem dos meios de vida reiniciou em princípios de 1990 com Chambers e Conway (1992), tendo grande valia para sua consolidação

inicial os trabalhos de Scoones (1998) e Carney (1998). Entretanto, nenhuma dessas publicações foi suficientemente clara sobre sua própria raiz conceitual.

Nesse ínterim, muita expectativa foi depositada nos resultados do seminário organizado pelo IDS da Universidade de Sussex, cujo objetivo foi avaliar uma década de contribuições da abordagem dos meios de vida sustentáveis a partir da obra referencial de Scoones (1998)¹⁴. E, com base nas reflexões desse seminário, Scoones (2009) procurou responder de onde é que essa abordagem vem e quais são suas raízes conceituais. Entretanto, apesar da excelente revisão histórica da abordagem dos meios de vida e do diagnóstico de suas fragilidades e perspectivas, não forneceu ainda uma adequada explicação ontológica à abordagem.

Nesta análise são contextualizadas as fragilidades acumuladas ao longo de uma década de uso intensivo da abordagem, que resumidamente encontra quatro lacunas ainda inexplicadas: (1) o descompasso entre a abordagem dos meios de vida e o processo de globalização econômica; (2) o lapso de atenção ao poder e a política e a desconexão dos meios de vida com o debate governamental sobre o desenvolvimento; (3) o distanciamento da leitura das estratégias de meios de vida das grandes mudanças ambientais; e (4) a não correspondência dos estudos de meios de vida com questões agrárias.

Mas, segundo o mesmo autor, a principal fragilidade da abordagem dos meios de vida foi não responder a acusação de que seja "um bom método em busca de uma teoria". E a fim de apresentar esta resposta, contextualiza os desafios da abordagem em quatro conceitos-chave que se articulam num fundamento: conhecimento, poder, escala e dinamismo. (1) conhecimento, porque o debate dos meios de vida tem acontecido em torno do espaço discursivo do desenvolvimento, o que resulta num foco maior sobre as capacidades e potencialidades, em vez das necessidades, e uma ênfase normativa maior sobre a pobreza e a marginalidade; (2) poder, porque a política não é apenas um "contexto", mas um destaque para a análise de *per se*. Não é apenas uma questão adicional ou outro "capital" do pentágono de recursos, e sua atenção deve, naturalmente, ir além do nível local, para uma análise mais ampla sobre a estruturação da desigualdade; (3) escala, pois apesar de se depositar muita esperança de que a abordagem dos meios de vida propicie uma maior conexão entre o ambiente micro e o macro, na realidade falta um nível maior de análise dos processos globais e suas incidências sobre as preocupações com a sobrevivência ao nível local; (4) por fim, o problema da dinamicidade, pois o foco tem sido muitas vezes numa análise da adaptação no curto prazo ao invés de dar atenção à sistêmica transformação devido a mudanças de longo prazo sustentável no tempo.

Entretanto, por mais instigante que seja esta análise, a principal questão proposta pelo autor, em essência, não foi respondida. Neste caso, Frank Ellis foi muito mais coerente ao explicitar que a abordagem dos meios de vida está fundamentada em Amartya Sen. E lamenta que, muitas vezes, não se deixa clara a vinculação da abordagem:

¹⁴ "ESRC Seminar: A critical re-evaluation of the history of the development and evolution of SLAs", organizado pela "Livelihoods Connect" no IDS, University of Sussex (UK) e as reflexões deste seminário estão registradas em SCOONES (2009).

Infelizmente, muita da escrita sobre meios de vida [...] misturam termos e conceitos emprestados de diferentes estruturas de idéias, sem [...] permanecer verdadeiros à sua intenção no corpo do pensamento do qual eles foram extraídos. Um exemplo disto é a inserção do conceito de capacidade de Amartya Sen na definição de meios de vida promovido por Chambers e Conway (1992) e, modificado por outros (p. ex. Scoones, 1998) [...].(ELLIS, 2000 p. 17)

E continua...

Mas, em nenhum lugar existe uma tendência maior que a de emprestar termos mais prevalentes do que com respeito a outro conceito que se origina da mente fértil de Amartya Sen, que é o de "intitulação". Como o conceito da capacidade, a aproximação de intitulação tem alguns elementos que ficam sobrepostos, e outros que significam coisas diferentes, do jogo de termos utilizados para descrever os meios de vida. Por exemplo, a noção de talento na análise de intitulação está bastante perto da noção de ativos na definição de meios de vida. (ELLIS, 2000, p. 17)

Frank Ellis, além de criticar a falta de coerência teórica dos autores originais da abordagem dos meios de vida, cita-os como exemplo de uso inapropriado, justamente em dois conceitos-chave de Amartya Sen: intitulação e capacidade.

Intitulações é "[...] o jogo de pacotes alternativos de mercadorias pelo qual uma pessoa pode estabelecer a ordem dada a prevalência planos legais, políticos e econômicos." (DREZE; SEN, 1989 p.9 apud ELLIS, 2000, p. 17)

Capacidade é o poder de executar certo funcionamento básico para o que uma pessoa é capaz de fazer e ser. Como, por exemplo, ser nutrido adequadamente, ser vestido confortavelmente, evitar a morbidez e a mortalidade evitável, para conduzir uma vida sem vergonha, poder visitar e entreter os amigos, e saber entender o que está acontecendo e do que os outros estão falando. Ou seja, a compreensão de que a capacidade de uma pessoa: "[...] consiste nas combinações alternativas de funcionamento cuja realização é factível para ela." (SEN, 2000, p.95)

A estratégia de meios de vida é um processo que se abre no tempo e proporciona resultados que afetam os intitulações individuais. Observa-se assim que o foco nos intitulações se tornou fundamental na abordagem dos meios de vida, tanto que Haan (2000) conclui que o "acesso" é uma questão-chave que caracteriza as pesquisas que utilizam essa abordagem.

A noção de intitulações foi desenvolvida por Sen (1981) para relacionar a fome com a falta de acesso aos recursos e compreender por que uma determinada sociedade enfrenta crises de fome em meio à presença física dos alimentos; no mesmo sentido, a abordagem dos meios de vida procura compreender o que leva um agricultor a não acessar os recursos dos meios de vida em meio à sua presença indisponível.

Ellis (2000) questiona a interpretação que Chambers e Conway (1992) fazem da noção de talento e intitulação. A noção de "intitulação" significa convencionalmente o que o indivíduo tem de direito. Entretanto, existem alguns

elementos dos meios de vida que implicam reconhecer a existência de direitos informais dos membros da família baseados em costumes e reciprocidades. Como a propriedade dos recursos e as relações mudam é importante manter a discussão de talentos unida à de intitulação. Os talentos se referem ao que é apropriado ou ao direito de posse, e os intitamentos se referem à forma como se apropria ou ao direito de usufruto da posse.

Então, procurando se afastar do debate que poderia se pautar exclusivamente numa noção de acesso aos recursos, Chambers e Conway (1992) procuraram explicar o processo de tomada de decisão dos agricultores propondo que a abordagem dos meios de vida esteja inter-relacionada em três conceitos chave: capacidade, equidade e sustentabilidade. "*Unidos capacidade, equidade e sustentabilidade podem apresentar um diagrama ou um paradigma para pensar o desenvolvimento de uma forma normativa e prática*" (CHAMBERS e CONWAY, 1982, p.4).

Nesse caso, significa assumir que a noção de capacidade seja vinculada a noção de equidade que deriva das medidas convencionais de distribuição de renda, porém usando-se as mesmas para se referir aos recursos tangíveis (recursos e mercadorias) e intangíveis (direitos e acessos) dos meios de vida. E a noção de sustentabilidade, referindo-se a uma "garantia do futuro" do meio de vida do agricultor em si e de seus pares. Uma sustentabilidade social ambiental, numa capacidade interna de os meios de vida resistirem às pressões sociais e econômicas externas e, noutra capacidade externa de o meio de vida impactar os outros meios de vida resultando em outras palavras numa pressão ambiental.

Portanto, meio de vida sustentável seria uma forma de combinar as compreensões de capacidade, equidade e sustentabilidade de forma conjunta.

[...] As capacidades são um fim e um meio dos meios de vida: um meio de vida provê o apoio para o crescimento e exercício das capacidades (como fim) e; capacidades (como meio) habilitam o ganho de um meio de vida. Equidade é ambos como fim e como meio: qualquer definição mínima de equidade tem que incluir um adequado e decente meio de vida para todos (como fim) e; a equidade em ativos e acesso é uma condição prévia (meio) para ganhar um adequado e decente meio de vida. Também, sustentabilidade é fim e meio: a sustentabilidade dos recursos é um valor (ou fim) em si mesmo e; provê condições (meio) para o meio de vida ser sustentável para as gerações futuras. (CHAMBERS e CONWAY, 1992, p.5)

Para Ellis (2000), essa sobreposição que Chambers e Conway fazem da noção de capacidade com equidade e sustentabilidade é muito questionável, pois são jargões de diferentes significados e intenções.

O que Amartya Sen propõe é uma abordagem compreensiva baseada na forma de vida que a pessoa realmente leva independente se a estratégia é equitativa e sustentável. Compreender a abordagem das capacitações implica considerar os aspectos das heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais e sociais, e questões subjetivas, como as diferentes visões de mundo (perspectivas relativas), sendo os princípios constituintes dessa abordagem: os funcionamentos e

as capacitações. Funcionamentos são as várias coisas que uma pessoa pode ser ou fazer, ou seja, podem ser identificados nos requisitos de bem-estar como o de estar bem nutrido até os mais complexos como a autoestima. Capacitação seria mais a liberdade para buscar o bem-estar, ou seja, um conjunto capacitário que dá liberdade ao indivíduo de levar a vida que deseja ter. (SEN, 2001)

E, de modo geral, como medida normativa, interessa mais as capacidades do que os funcionamentos já executados. Isso, pelo fato de que a liberdade de gerar bem-estar é o que realmente importa, sendo observada através do conjunto capacitário do indivíduo. Como o próprio autor afirma: "*Se visamos à igualdade no espaço de recursos ou de bens primários, isso pode ser visto como uma mudança do exercício avaliatório em direção à avaliação da liberdade, afastando-o da avaliação da realização como tal.*" (SEN, 2001)

Nesse caso, a pobreza, por exemplo, passa a ser vista como privação das capacitações das pessoas e não apenas uma renda insuficiente. E percebe-se assim que o foco da abordagem dos meios de vida é mais nas capacidades que nas necessidades.¹⁵

"[...] diversificação dos meios de vida é o processo pelo quais as famílias rurais constroem um diversificado portfólio de atividades e de capacidades de apoio social para sobreviver e melhorar o seu padrão de vida". (ELLIS, 1998, p.15 tradução nossa)

Frank Ellis enfatiza sua preocupação em preservar e potencializar a capacidade de diversificação dos indivíduos de uma família rural, uma característica que propicie a liberdade de escolher diferentes alternativas de renda num portfólio variado de possibilidades. Essa é uma concepção diretamente relacionada às capacitações descritas por Sen (2001), isto é, um conjunto capacitário que dá liberdade ao indivíduo de levar a vida que deseja. Isso denota sua clara ênfase normativa sobre a pobreza e a marginalidade.

A diversificação é a criação de diversidade em processos sociais e econômicos que pressionam, e que também oportunizam às famílias a se adaptar e a diversificar os seus meios de vida. Diversidade é mais um agregado dos meios de vida num contexto mais amplo, podendo ser, inclusive, um indicador de desenvolvimento rural. Entretanto, diversificação do meio de vida não é sinônimo de diversificação da renda. A segunda se refere às diversas entradas monetárias que podem ser observadas num instante qualquer. Já a diversificação de meios de vida inclui a variável do tempo, isto é, necessita que haja uma observação de uma crescente disponibilidade de portfólios alternativos de atividades no tempo. (ELLIS, 1998)

Nesse propósito, é importante observar a unidade familiar como uma unidade de multipropósitos, pois os seus membros são, na verdade, indivíduos dotados de identidade e os meios de vida da família dependem e envolvem um

¹⁵ Ian Scoones (2009), ao apontar que o conhecimento seja um problema ainda não resolvido pela abordagem dos meios de vida, na realidade, admite que o foco no acesso aos recursos fosse insuficiente e ignora as contribuições de Frank Ellis.

contínuo processo de renegociações e redefinições da relação familiar, gênero, poder e propriedade.

O reconhecimento da importância do processo de diversificação é decorrente de um interesse particular em explicar a relação entre as atividades agrícolas e não agrícolas rurais. Essa questão surge quando se observa que o desenvolvimento agrícola estimula as atividades não agrícolas no meio rural dos países desenvolvidos, e cresce de tal forma, que os recursos decorrentes desta nova atividade iniciam por induzir novas transformações na agricultura, levando o crescimento das atividades não agrícolas a se tornar agente das mudanças agrícolas. (ELLIS, 1998)

Esse pensamento leva a retomar um velho ditado e concluir que “o rabo pode sim sacudir o cachorro”, ou seja, a pluriatividade intersetorial não é apenas um recurso complementar, mas é o principal agente de transformação e da conformação das capacidades de diversificação.¹⁶

Portanto, o incremento da capacidade de diversificação proporciona e reflete efeitos socioeconômicos numa forma mais ampla e além da unidade de produção. Então, qual sentido teria o desenvolvimento rural na abordagem de Frank Ellis?

Para Frank Ellis a finalidade do desenvolvimento rural faz parte do seu próprio conceito: “[...] *uma organização de políticas antipobreza para áreas rurais dos países de baixa renda.*” (ELLIS, 2000, p. 25), sendo a diversificação dos meios de vida, a melhor e mais efetiva estratégia de ação.

E como diretrizes de políticas de apoio à diversificação dos meios de vida no meio rural dos países em desenvolvimento, o autor propõe: (a) direcionar as políticas para determinados grupos sociais respeitando sua especificidade; (b) proporcionar políticas que procuram reduzir o risco das atividades das pessoas pobres; (c) disponibilizar o microcrédito; (d) alavancar as possibilidades de trabalho no setor de serviços no meio rural; (e) estimular os empreendimentos não agrícolas no meio rural; (f) fortalecer as vilas rurais e a infraestrutura das pequenas cidades; e (g) investir em educação.

Bases teóricas da diversificação dos meios de vida

Em termos teóricos, esta proposição baseia-se num deslocamento ontológico, pois a centralidade da ação humana e da intervenção sobre a natureza deixa de ser baseada nos recursos (naturais, físicos ou criados pela ação humana) e

¹⁶ Exemplo disso é a análise de Francks sobre a diversificação dos meios de vida dos agricultores do Japão que convivem com a indústria, concluindo que ambas, agricultura e indústria, desenvolveram-se de forma complementar. “[...] *dentro do contexto de crescimento da economia industrial, e que teve como resultado, tornar o Japão uma economia industrial, de produtores em pequena escala, de produção flexível, numa organização baseada em empresas familiares num mercado fragmentado de bens diferenciados, não pode ser divorciada do padrão de mudança agrícola com que foi entrelaçado.*” (FRANCKS, 2005, p.470)

os atributos e passa a se fixar nas pessoas e nos meios que estas possuem. Segundo essa perspectiva, mais importante do que ter máquinas, equipamentos, acesso a tecnologias e dinheiro é a liberdade de os indivíduos poderem optar por fazer as coisas do modo que quiserem para alcançar os bens e recursos que desejam. Pois, "*[...] a utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer e não nela mesma.*" (SEN, 2000) Dessa forma, o autor sustenta que o desenvolvimento humano em seu sentido pleno somente é alcançado à medida que os indivíduos de uma determinada sociedade passam a ter a liberdade de escolha e opção, e dispor de capacidades e meios para tal. Nesse sentido, Sen coloca em plano secundário a importância de atributos como renda, capital e posse de recursos físicos e destaca o papel das capacidades e das habilidades que os indivíduos precisam ter para poder fazer escolhas e alcançar uma vida plena de bem-estar.

A perspectiva das capacitações propõe que o desenvolvimento é uma característica de sociedades em que os indivíduos alcançam uma condição em que dispõem de meios através dos quais podem realizar os fins que almejam e/ou desejam. Mas o desenvolvimento também significa a capacidade de poderem remover as barreiras e os obstáculos previamente existentes ou aqueles que condicionam ou restringem a liberdade de opção e escolha. Trata-se, enfim, de criar as condições para realização da capacidade de escolha, abrindo espaço para que a liberdade e a diversidade de escolhas individuais passem a ser um direito individual e uma característica da sociedade.

A teoria das capacitações estabelece um diálogo profícuo com a perspectiva da diversificação dos meios de vida. Isso fez com que estudiosos do desenvolvimento rural passassem a discutir as estratégias de combate à pobreza com base na proposição de que mais importante do que dar aos pobres comida e provisões seria dotá-los de recursos que pudessem estimular suas capacidades e fortalecer os meios de que dispõem para realizar suas atividades. Mas para além do diagrama analítico que a perspectiva da diversificação dos meios de vida oferece para estudar a pobreza rural, ela também se constitui num referencial teórico importante para entender o processo mais geral de mudança no meio rural. Nesse sentido, a interface está na ideia de que a ampliação das capacitações dos indivíduos e das famílias rurais pode ser realizada através da diversificação das formas de organização econômica e produtiva, o que implica em afirmar que quanto mais diversificada é uma unidade produtiva ou uma família, maiores são as chances e oportunidades de que possa ter opção de escolha. E um leque maior de oportunidades e opções de escolha é fundamental para que possam se estabelecer estratégias de combate às distintas formas de vulnerabilidade (clima, doenças, preços) a que estão submetidos assim como incrementar a sua resiliência.

A partir da breve digressão inicial sobre as bases teóricas da perspectiva do desenvolvimento que preconiza a diversificação dos meios de vida das populações como elemento fundamental e estruturante das formas de produção e organização social no meio rural, das trajetórias da abordagem dos meios de vida e desta síntese de sua base teórica, é possível estabelecer alguns conceitos e entendimentos que caracterizam a abordagem da diversificação dos meios de vida:

A primeira delas refere-se à própria definição de *livelihood* (meio de vida), que pode ser entendido como o conjunto de ativos, atividades, formas de acesso e uso que determinam o modo de viver de um indivíduo ou de uma família. A segunda refere-se à noção de diversidade, que é um atributo que se manifesta segundo diferentes formas de renda, atividades, ocupações, sistemas de produção, estrutura fundiária, entre outras. A terceira refere-se à diversificação, que remete ao entendimento do processo social e econômico de criação da diversidade dos meios de vida. (ELLIS & FREEMAN, 2005. p.4)

Nas áreas rurais, o processo de diversificação pode representar uma alternativa viável para saída da pobreza ou vulnerabilidade em que se encontram as populações. Em contextos marcados por uma crescente coerção, vulnerabilidade e condicionantes adversos a diversificação pode ser entendida tanto como uma estratégia de reação a uma situação de crise, precariedade ou necessidade assim como uma estratégia de adaptação ou escolha, que ocorre quando há uma busca pró-ativa por alternativas ou novos investimentos.

Os determinantes da diversificação dos meios de vida rurais são variados e podem estar relacionados a aspectos edafoclimáticos ou socioeconômicos que se manifestam através da sazonalidade, dos riscos, da vulnerabilidade, das migrações, dos efeitos do mercado de trabalho, do acesso ao crédito e a outros ativos. Por sua vez, os efeitos da diversificação se apresentam ou se expressam como atributos da diversidade na forma de atividades (pluriatividade) e de rendimentos (multirendimentos), de tal forma que podem ser medidos ou classificados segundo critérios quantitativos e qualitativos. (ELLIS, 2000 p. 57)

Ellis (2000) sugere que a diversificação dos meios de vida seja uma contribuição decisiva ao desenvolvimento rural em vários níveis. Primeiro, através da distribuição de renda, uma vez que existe uma correlação positiva entre a superação da pobreza por parte das famílias rurais e a diversificação de suas fontes de rendimentos. Segundo, via aumento da produtividade rural em que a diversificação no interior das unidades de produção pode ocorrer via ingresso de rendas não agrícolas que melhoram a capacidade de custeio das atividades agrícolas. Terceiro, através do meio ambiente, em face da redução da necessidade de os agricultores pobres explorarem o solo agrícola por meio de práticas extrativas para garantir sua sobrevivência. Quarto, através das relações de gênero, pois a melhoria da distribuição da renda entre membros da família pode alterar as relações de dominação. Quinto, por meio de uma maior segurança em relação aos efeitos macroeconômicos em relação ao acesso ao mercado e a variação constante de preços.

Dessa forma, a abordagem da diversificação dos meios de vida pode representar uma ferramenta para compreensão do grau de vulnerabilidade ou mesmo exposição a riscos de agricultores ou de famílias rurais. Hipoteticamente, pode se supor que aqueles que estiverem em uma situação de dependência em relação a um repertório restrito de fontes de renda e tipos de atividades estão mais vulneráveis e, portanto, encontram-se menos desenvolvidos. Neste caso, tanto a falta de autonomia como o risco que sofrem por estarem expostos à fatores imponderáveis (clima, pragas, doenças, preços, etc.) constituem-se em ameaças ao

exercício de sua liberdade de escolha e manutenção do domínio sobre os meios que lhes permitem exercer esta condição. A julgar pelas bases teóricas da teoria das capacitações, esta situação de vulnerabilidade e risco, seria antagônica ao desenvolvimento.

Considerações finais

O Brasil é um país que possui uma tradição de pesquisa rural baseada em referências estruturalistas, e que, somente a partir da década de 1990, descobre o papel da agricultura familiar no desenvolvimento agrícola. Entretanto, mesmo havendo pesquisas atuais que tratam sobre a importância e os problemas da agricultura familiar, é difícil encontrar estudos que reconheçam os agricultores familiares como atores sociais e percebam em sua capacidade de diversificação econômica e empreendedora, as pistas para compreender o desenvolvimento rural e regional como um todo.

No Brasil, já existem trabalhos que negam essa crítica¹⁷, embora sejam ainda exceções. Não é de se estranhar que, mesmo existindo uma extensa publicação internacional sobre os meios de vida no meio rural, e mesmo que algumas delas falem inclusive sobre a vida de caboclos e índios no Brasil, não exista, até o momento, qualquer publicação brasileira (em português) que empregue a abordagem dos meios de vida nos estudos rurais.

Entretanto, a essa mesma academia, que já foi capaz de empreender importantes estudos sobre o campesinato e de adotar referenciais teóricos incipientes no debate internacional, ainda não encontrou a abordagem dos meios de vida, numa possibilidade de estabelecer conexões que não somente poderiam incorporar um novo universo empírico, mas também, um conhecimento acumulado sobre um mundo rural do Brasil, dando vazão aos inúmeros trabalhos que descrevem a vida dos matutos, caboclos, caipiras, sertanejos, caiçaras, sitiantes, colonos, granjeiros e fazendeiros do profundo rural brasileiro.

Referências

CAMBRIDGE. Cambridge advanced learners's dictionary. 2nd. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. (p.744).

CÂNDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987

¹⁷ Publicações como Mior (2005), Norder (2004); e as do Grupo de Estudos e Pesquisas Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural/PGDR/UFRGS.

- CARNEY, D. "Implementing the sustainable rural livelihoods approach". In: Carney, D. (org.). Sustainable rural livelihoods: what contribution can we make? London: DFID, 1998. (p. 5).
- CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. IDS discussion paper. Brighton: n. 296. p.1-33, 1992.
- DEMENGE, J. Sustainable livelihoods and ecological footprints: a comparative study of two regions in Ladakh. Oxford: dissertation of M.Phil, Development Studies of University of Oxford, 2005
- ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. Journal of development studies, London: v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.
- _____. Rural livelihoods and diversity in developing countries. Oxford: Oxford University, 2000.
- ELLIS, F.; FREEMAN, H. A de. Rural livelihoods and poverty reduction policies. London: Routledge, 2005. p. 04.
- FRANCKS, P. Multiple choices: rural household diversification and Japan's path to industrialization. Journal of agrarian change. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, v. 5, n. 4, p. 451-475, Oct. 2005.
- HAAN, L. de. Globalization, localization and sustainable livelihood. Sociologia ruralis. Oxford: v. 40, n. 3, p. 339-365, jul. 2000.
- HAAN, L. de; ZOOMERS, A. Development geography at the grossroads of livelihood and globalisation. Tijdschrift voor economische en sociale geografie. Nijmegen: v. 94, n. 3, p. 350-362, 2003
- _____, A. Exploring the frontier of livelihoods research. Development and change. Oxford: v. 36, n. 1, p. 27-47, 2005.
- HARRISS, John. Agriculture/Non-agriculture linkages and the diversification of rural economic activity: a South Indian Case Study, in: J. Breman and S. Mundle (ed), Rural transformation in Asia. Delhi: OXFORD UNIVERSITY PRESS, P.429-457. 1991
- HOON, P.; SINGH, N.; WANMALI, S. Sustainable livelihoods: concepts, principles and approaches to indicator development. New York: UNDP, 1997.
- MIOR, L. C. Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural. Chapecó: Argos, 2005.
- NORDER, L. A. C. Políticas de assentamento e Localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil. Wageningen: tese de doutorado, Social Science at University of Wageningen, 2004.
- NORTH, D. C. Institutions, institutional change and economic performance. New York: Cambridge University, 1990.
- PEÑAFIEL, Adriana Paola Paredes. Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da Região de Pelotas. Porto Alegre: dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2006.

PERONDI, M. A. Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar. Porto Alegre: tese de doutorado, UFRGS, 2007.

SCHMINK, M. "Household economics strategies: review and research agenda". Latin America research review, Pittsburgh: v. 19, n. 3, p. 87-101. 1984.

SCOONES, I. "Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis". IDS working paper, Brighton: n. 72, p. 1-22, 1998. (p. 4).

_____. "Livelihoods perspectives and rural development". Journal of Peasant Studies. Abingdon: Routledge Taylor & Francis Group, Vol. 36, No. 1, January 2009.

SEN, A. Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation. Oxford: Oxford Univ. Press, 1981.

_____. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.95.

_____. Desigualdade reexaminada. Tradução Ricardo Donielli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHANKLAND, A. "Analysing policy for sustainable livelihoods". IDS research report, Brighton: n. 49, p. 1-42, 2000.

Recebido em 05/05/2011.

Aceito para publicação em 06/07/2012.

Sobre os autores:

Miguel Angelo Perondi

Eng^o. Agrônomo, Doutor em Desenvolvimento Rural e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: perondi@utfpr.edu.br

Sérgio Schneider

Sociólogo, Doutor em Sociologia e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: schneide@ufrgs.br